

FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE: PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL NO TRABALHO

CONTINUED TEACHER EDUCATION: PEOPLE WITH
INTELLECTUAL DISABILITIES AT WORK

Annie Gomes Redig¹
Mariana dos Santos Padrão

Resumo:

O presente artigo tem por objetivo a formação continuada de professores de uma instituição especializada. Buscou-se o debate acerca da transição educacional para vida independente de jovens e adultos com deficiência intelectual, com enfoque na inserção laboral, recorrendo a construção de um Plano Individualizado de Transição (PIT). Para tal, utilizou-se a pesquisa-ação, a partir de registros em diário de campo, WhatsApp e email. O curso foi ofertado de forma semipresencial. Durante o decorrer do referido curso de formação continuada de professores, observamos o interesse dos cursistas e da instituição participante na temática proposta, como também, interesse no ampliamto do debate acerca do tema no campo educacional o risco de não reconhecer o verdadeiro sofrimento psíquico das crianças?

Palavras-chave: Transição para a vida adulta; Deficiência intelectual; Formação continuada; Inclusão laboral.

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro

The purpose of this article is the continuous training of teachers at a specialized institution. The debate on the educational transition to independent life of young people and adults with intellectual disabilities was sought, with a focus on job insertion, using the construction of an Individualized Transition Plan (ITP). To this end, action research was used, based on field diary, WhatsApp and email records. The course was offered semi-face-to-face. During the course of the aforementioned teacher training course, we observed the interest of the course participants and the participating institution in the proposed theme, as well as an interest in broadening the debate on the subject in the educational field.

Keywords: Transition to adult life; Intellectual disability; Continued education; labor inclusion.

INTRODUÇÃO

O presente artigo² tem como objetivo analisar a formação continuada e em serviço ofertada para os professores de uma instituição especializada de caráter não governamental no estado do Rio de Janeiro. Foi oferecido um curso na temática da transição educacional para vida independente para jovens e adultos com deficiência intelectual, com enfoque na inserção laboral, a partir da construção de um Plano Individualizado de Transição (PIT). Esta pesquisa emerge em meio a necessidade da reflexão sobre o tema da transição educacional para a vida adulta/independente e inclusão no mercado de trabalho para jovens com deficiência intelectual. Apesar de encontramos na literatura muitos trabalhos acadêmicos acerca da inclusão, principalmente da inclusão escolar, pouco se tem discursado sobre o período pós-escola, um assunto fundamental para a inclusão deste sujeito (ALLES; BOUERI, 2018; REDIG *et al*, 2018).

² A pesquisa contou com financiamento auxílio FAPERJ, UERJ (Prociência, PROATEC), CAPES Print.

Documentos internacionais, como a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), ressaltam o olhar para a transição e preparação para a vida adulta de jovens com deficiência, concedendo tanto a escola como a comunidade papéis fundamentais neste processo. Assim, objetiva-se que estas duas instituições ofereçam subsídios necessários para o pós-escola visando a inclusão social, familiar e inserção no mercado de trabalho destas pessoas.

Para que a escola e as instituições especializadas consigam oferecer um programa de transição para a vida independente a seus alunos com deficiência, sobretudo, jovens com deficiência intelectual, as mesmas deverão recorrer às ferramentas pedagógicas, como por exemplo o PIT (REDIG, 2019). O PIT quando inserido no programa de transição para a vida adulta, com foco na formação profissional, de jovens estudantes com deficiência, poderá se tornar uma via facilitadora para a inclusão laboral, principalmente para sujeitos com deficiência intelectual (CARVALHO; FERNANDES, 2018; REDIG, 2019). Todavia, não podemos retratar propostas inclusivas no âmbito educacional sem preparar a comunidade escolar, entre eles, o corpo docente, por isso a importância da formação continuada.

INSERÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL NO TRABALHO

Atualmente, muito se tem discutido acerca dos direitos das pessoas com deficiência, seja nas esferas sociais, seja na política. A inclusão destes sujeitos nos diversos espaços da sociedade é um dos pontos nos quais vem sendo debatidos ao longo dos anos e visa a participação plena de indivíduos excluídos socialmente, entre eles, os que apresentam alguma deficiência. Nesta direção, Camargo (2017) define a inclusão como uma prática social que se aplica em diversos âmbitos, como: na cultura, na educação, na arquitetura, no lazer e também no trabalho.

Porém, mesmo com a intensificação do debate acerca da inclusão muitas barreiras ainda existem nos dias atuais, entre estas adversidades, podemos citar a inserção laboral de pessoas com deficiência. É possível observar tal preocupação expressa em documentos legais, como por exemplo Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988); A Lei de Cotas nº 8213/91 (BRASIL, 1991); A Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), entre outros.

A Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988) é um dos aparatos legais que garante o direito à educação profissional para jovens e adultos com deficiência no intuito de incluí-los socialmente por meio da formação para o trabalho e para a convivência em comunidade. Além disso, prevê a proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador com deficiência.

A Lei de Cotas nº 8213/91 (BRASIL, 1991), é uma ação afirmativa na qual estabelece uma porcentagem de vagas voltada para trabalhadores com deficiência. De acordo com esta legislação, a empresa com mais de 100 funcionários deverá reservar de dois a cinco por cento de suas vagas para pessoas com deficiência, sendo proibido qualquer discriminação em relação ao salário ou a admissão ao emprego devido a condição de deficiência.

A Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) no seu Art. 34, inciso §1 a 5, estabelece que é direito da pessoa com deficiência o acesso ao trabalho de sua livre escolha, como também, igualdade de oportunidades em relação aos demais trabalhadores, ambientes laborais acessíveis e garante a este público o acesso a cursos de profissionalização e capacitação para o trabalho.

Miranda (2000) explicita que o Brasil possui uma das mais avançadas legislações mundiais no que se refere a proteção e apoio à pessoa com deficiência. Entretanto, ainda há lacunas na sua prática que se encontra enraizada por preconceitos e obstáculos no que diz respeito à inserção deste público no mercado de trabalho. Este cenário se complica ainda mais

ao retratarmos a inserção laboral de pessoas com deficiência intelectual.

De acordo com o censo de 2010, trabalhadores com deficiência intelectual são a minoria em relação aos demais empregados com deficiência contratados formalmente. Diversos são os motivos nos quais direcionam para esta situação, como: a baixa escolaridade, preconceito, formação e qualificação profissional inadequada, etc (REDIG, 2014, 2016). Além disto, dados demonstram que empresas priorizam a contratação de mão de obra que não necessite de adaptações em relação as tarefas e ao local de trabalho, conforme exposto nos estudos de Bezerra; Vieira (2012) e Angonese; Boueri; Schmidt (2015).

Um dos grandes desafios em relação ao combate à exclusão social de pessoas com deficiência intelectual é a formação profissional desses sujeitos para o mercado de trabalho. Muitos são os caminhos para a inclusão social dos mesmos, entre esses podemos citar: o acesso à educação e a formação profissional (CARLOU; REDIG, 2013; REDIG, 2014, 2016, 2019).

Esse quadro nos leva a refletir sobre a relevância da formação profissional para os indivíduos com deficiência e a sua preparação para a inserção laboral, principalmente para os sujeitos com deficiência intelectual, já que enfrentam maiores barreiras neste setor, seja pela falta de capacitação, escolarização e até mesmo preconceito (CARLOU, 2014; REDIG, 2014, 2016). Em frente a este contexto, é notório a necessidade de pensarmos em estratégias inclusivas voltadas para a inserção laboral de pessoas com deficiência intelectual, como por exemplo: Programa de transição para a vida adulta e o PIT, e assim, assegurarmos a estes sujeitos uma formação profissional, bem como, a participação ativa na sociedade.

TRANSIÇÃO PARA VIDA ADULTA/INDEPENDENTE

O processo de transição para a vida adulta/independente é um período repleto de novidades e insegurança para os jovens. Com a chegada da fase adulta, surgem novas responsabilidades, como trabalho, independência, autonomia, relacionamentos, moradia própria, participação na comunidade, continuação dos estudos, entre outros, em que será necessário o desenvolvimento de habilidades para cada nova etapa da vida (CANHA, 2015; CARVALHO, 2018).

Carvalho (2018) caracteriza a transição para a vida adulta como um período de suma importância, repleto de obstáculos nos quais todos os jovens deverão passar algum dia. Para esta autora (CARVALHO, 2018, p. 38) “a transição para a vida adulta deve trazer como objetivo básico, a preparação dos jovens, seja ele uma pessoa com deficiência ou não, para uma vida adulta, com qualidade, e deve proporcionar-lhes condições e oportunidades de inserção na vida ativa”.

Todavia, esta transição poderá vir acrescido de um pouco mais de dificuldades quando nos referirmos aos adolescentes com deficiência, principalmente os com deficiência intelectual. Canha (2015) ressalta que a falta de suporte direcionada a estes jovens sobre a transição para a fase adulta no término da escola, ocasiona em adversidades que afetará a qualidade de vida dos mesmos. Em consonância, Marques (2013, p. 19) explicita que:

[...] a descontinuidade da educação e da escola com o mundo social (comunidade, emprego, convívio, lazer, etc.) constitui uma das maiores preocupações tanto para a própria pessoa e sua família, como para todos os técnicos envolvidos. Na verdade todos sabemos que se o processo de transição, que ocorre numa fase crucial da vida dos seus destinatários, não for bem-sucedido compromete o seu projeto de vida futura (entre outros, pessoal, profissional, familiar, de orientação, inserção, formação), com consequências intrinsecamente irreversíveis a nível quer da autoestima, quer da frustração das suas legítimas expectativas.

Neste sentido, a educação se torna um dos aliados fundamentais para o elo entre escola e o mundo social. É através da escola e das instituições especializadas que os jovens com deficiência intelectual poderão receber subsídios e desenvolver habilidades cruciais para o pós-escola. Para isto, é preciso pensar em ferramentas inclusivas, como o programa de transição para a vida adulta e o no intuito de prepará-los para os novos desafios que surgirão, entre eles, o mercado de trabalho (CARVALHO; FERNANDES, 2018; REDIG, 2019).

Um dos documentos base para a elaboração da transição para a vida independente é o PIT. De acordo com Soriano (2006, p. 23):

Um Plano Individual de Transição é um instrumento, uma ferramenta, sob a forma de documento, no qual é registrado o passado, o presente e o futuro desejado dos jovens. Ele deve incluir informação sobre o universo da vida do jovem: condições familiares, história médica, tempos livres, valores e background cultural, e ainda informação sobre a sua educação e formação.

O PIT, deve estar preocupado com os desejos e perspectivas de futuro do educando, com questões que atravessam os muros da escola, como por exemplo, as atividades laborais. Para isso, é preciso compreender as competências, habilidades sociais e individuais do sujeito. Sua avaliação é contínua ao longo do processo, sendo necessária a atualização antes de um novo passo (SORIANO, 2006; FÂNZERES; CRUZ-SANTOS; SANTOS, 2019).

Soriano (2006, p. 23) também pontua que o PIT está estritamente ligado ao Plano Educacional Individualizado – PEI, que é “um vasto documento que cobre todos os aspectos relacionados com a educação do aluno (estratégias, recursos, resultados), com enfoque específico na educação”. Ambos os instrumentos (PEI e PIT) possuem características comuns como: plano centrado no indivíduo; podem ser direcionados

a todos os alunos; os dois precisam de atualizações constantes de acordo com o progresso do estudante; tanto o PIT como o PEI necessitam ser elaborados em conjunto com um grupo multidisciplinar, bem como, ser discutidos com os alunos, pais e professores.

Carvalho e Fernandes (2018) entendem o PIT, como uma ferramenta que visa um plano de carreira e um projeto de vida no qual proporciona uma ligação entre escola e espaço laboral, como também, potencializa a formação profissional de jovens com deficiência, ofertando para estes, o desenvolvimento de habilidades essenciais para a vida adulta de qualidade e de inserção no mundo do trabalho. Porém, não podemos retratar propostas inclusivas como o programa para a vida independente e o PIT, sem ao menos pensarmos na preparação da comunidade escolar ou da instituição especializada, principalmente do corpo docente (AFONSO, 2005).

Para isso, é essencial pensarmos em uma formação continuada de toda comunidade escolar, inclusive dos educadores, no intuito de reflexão de suas didáticas e aquisição de novos conhecimentos, como a transição para a vida adulta e o PIT. Redig, Mascaro e Dutra (2017, p. 38) ressaltam que a formação continuada “[...] deve ser dialógica, por meio de percursos formativos, de maneira que a relação teoria e prática fique evidente ao futuro docente”.

METODOLOGIA

A metodologia adotada foi a pesquisa-ação que de acordo com Thiollent (1998, p. 14) consiste em

[...] um tipo de investigação social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

A pesquisa mencionada contou com a participação de oito professores de uma instituição especializada sem fins lucrativos do município do Rio de Janeiro-RJ. Esta pesquisa ocorreu em dois momentos: o primeiro diz respeito a observação de campo da instituição, bem como, suas dependências, corpo docente, alunado, famílias, coordenação entre outros, durante os meses de fevereiro e março de 2019.

O segundo momento, foi voltado ao planejamento, construção e implementação do curso de formação continuada e em serviço para os docentes denominado: Curso Introdutório em Programa de Transição: estratégias alternativas para jovens e adultos com deficiência intelectual. Este foi ministrado na modalidade semipresencial, composto por dez aulas: oito na modalidade à distância e duas presenciais, totalizando 50 horas e ocorreu nos meses de abril (inscrição), maio, junho e julho de 2019.

Os dados tanto da observação do campo quanto do acompanhamento do curso de formação foram coletados e registrados em diário de campo. Esse procedimento de coleta de dados consiste em um instrumento de anotações, comentários e reflexões, de caráter individual do pesquisador no seu dia-a-dia. O uso deste, permite ao investigador observar com precisão e refletir sobre acontecimentos válidos para seu estudo (FALKEMBACH, 1987). Além disso, utilizamos também WhatsApp³ e e-mail para melhor comunicação entre equipe coordenadora e os cursistas. Neste ambiente, era possível tirar dúvidas, dialogar acerca dos temas abordados, ajustes de cronograma, entre outros. Segundo Pacagnella e Cardoso (2009) com a expansão da educação à distância diversas são as formas de tecnologias que esta recorre para atender seu público como: mídias impressas, vídeo, teleconferência, videoconferência, mídias digitais, computadores e principalmente a internet.

³ WhatsApp é um aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para smartphones.

A análise dos dados foi feita de forma contínua já que nos referimos a uma pesquisa-ação. Para o presente trabalho, fizemos um recorte da pesquisa, analisando alguns pontos referentes ao processo de transição educacional para atividades laborais, a partir da análise de conteúdo das respostas dos cursistas nas atividades. Este tipo de procedimento metodológico, permite que o pesquisador descreva e/ou interprete os conceitos expressos em documentos, mensagens ou textos de maneira sistematizada com a finalidade de atingir maior compreensão acerca do conteúdo debatido e seus significados (MORAES, 1999; CÂMARA, 2013).

CURSO DE FORMAÇÃO DOCENTE

Para o planejamento do curso, observamos o trabalho desenvolvido na instituição: as oficinas pedagógicas, o envolvimento dos professores, dos assistidos (alunos) e suas famílias. Esta fase ocorreu nos meses de fevereiro e março de 2019, com registros em diário de campo com o objetivo de verificarmos as demandas dos docentes para a organização do conteúdo do curso e buscar possíveis participantes para a construção do PIT. A segunda etapa referiu-se à execução do curso em questão.

Amorim (2012) e Silva e colaboradores (2004) reiteram que cursos educacionais na modalidade à distância e semipresencial, tem sido uma grande oportunidade para agregar conhecimento e valor na carreira profissional, tendo como foco sujeitos com tempo restrito para o estudo em localizações físicas, o que o torna de grande importância, já que atende um número maior de público.

Participaram do curso oito professores, contemplando diversas áreas de atuação e formação, como: Magistério, Pedagogia, Neuropsicologia, Psicopedagogia, Educação Física, Música, Informática, Fotografia e Capoeira. Após a observação das atividades, os temas propostos para as aulas do curso foram: Educação Inclusiva; Políticas Públicas em Educação Inclusiva;

Deficiência Intelectual: conceito e escolarização; Pessoas com deficiência intelectual e o mercado de trabalho; Planejamento Centralizado na Pessoa: PEI/PIT; Programa de transição: conceito e suportes; Programa de Transição pensando na vida independente; Autogestão e Autodefensoria; Estudo e discussão de casos para a construção do PIT.

O curso apresentou atividades dialógicas, no qual a partir de textos, reportagens, entrevistas, apresentações em *slides* e vídeos, os cursistas participaram de fóruns com o propósito de discutirem os temas com os demais colegas. As aulas e fóruns eram abertos semanalmente, as terças-feiras e o prazo para a postagem das atividades, era o domingo seguinte, em algumas aulas foi necessário estender o prazo para a participação nas atividades.

As duas aulas presenciais que ocorreram entre os meses de junho e julho foram dedicadas à construção e análise PIT de forma hipotética, pois os assistidos/alunos estavam em recesso e é importante a participação dos sujeitos com deficiência no processo. Entretanto, apesar de ser hipotético, pois não teve a participação da família nem do jovem com deficiência, foram consideradas as informações que a instituição e professores têm sobre eles. Desta forma, o objetivo era pensar em um PIT que poderia ser revisto com o educando no seu retorno às atividades. Para isto, os cursistas selecionaram um adulto com deficiência intelectual em comum, analisaram suas habilidades, necessidades e quesitos para a inserção do mesmo em atividades laborais e construíram um PIT único no qual englobasse um trabalho multidisciplinar entre todos os docentes.

A elaboração deste curso de formação continuada e em serviço na modalidade semipresencial, o primeiro neste formato no Brasil, demonstra a necessidade de discutirmos a transição para vida independente de jovens e adultos com deficiência intelectual, bem como, as estratégias e caminhos inclusivos possíveis para a inserção dos mesmos no mercado de trabalho. Redig e colaboradores (2018), corroboram com tais

ideias e ressaltam a escassez de produções no meio acadêmico sobre a temática em questão, sugerindo e incentivando novas pesquisas neste campo.

Durante o curso, os cursistas relataram algumas dificuldades no que se refere à interação com ferramentas tecnológicas. Artigas (2017) em sua pesquisa, ressalta que a maioria dos problemas que acontecem na educação à distância são oriundos da falta de conhecimento, por parte do aluno, dos equipamentos tecnológicos e seu manuseio. Uma das consequências desta realidade, é a evasão de estudantes de cursos nesta modalidade. Ao analisarmos o acompanhamento das aulas no quesito: participação e cronograma, constatamos que muitos apresentaram dificuldades em seguir o calendário proposto. Silva e colaboradores (2004) e Freitas (2007), explicitam que tais barreiras são originadas pela falta de tempo, disciplina do aluno da educação à distância, a falta de recurso, condições do ambiente, cansaço, rotina diária e o distanciamento do ensino tradicional.

No intuito de auxiliar estes cursistas, realizamos alguns ajustes no calendário com flexibilização no tempo para participação nos fóruns e realização das atividades. Foi possível observar que em meio aos impasses cotidianos e tecnológicos, os integrantes demonstraram interesse nas temáticas debatidas no curso e nos fóruns, compartilhando suas realidades enquanto profissionais de uma instituição especializada.

Ao serem questionados em um dos dez fóruns sobre os desafios dos professores ao lidarem com estudantes com deficiência intelectual sob a perspectiva do desenvolvimento de habilidades para vida adulta, eles relataram que a maior dificuldade era planejar aulas de forma que estimulasse e potencializasse as habilidades da vida independente em seus alunos. Os docentes ainda apresentam dificuldade em planejar estratégias pedagógicas para além de conteúdos acadêmicos e o desafio de um programa/plano de transição é exatamente esse, pensar em conteúdos e no desenvolvimento de habilidades

que aliados aos conteúdos acadêmicos poderão auxiliar no momento pós-escola, mercado de trabalho, etc.

Penso que o maior desafio é identificar cada aluno individualmente com suas personalidades, interesses, habilidades e transformar a aula em um pacote favorável para o desenvolvimento de múltiplas habilidades para a vida adulta. (Relato do cursista 1)

Para pensar no processo de transição educacional para a vida adulta é necessário modificar o currículo e as práticas pedagógicas de forma a contemplar conteúdos que tenham valor para o aluno no seu percurso formativo para o momento pós-escola, para sua vida social e laboral. Em contrapartida, foi possível observar que os cursistas em sua maioria acreditam que esta instituição especializada possui iniciativas no que diz respeito ao desenvolvimento de habilidades para a vida adulta e inserção laboral de seu alunado. Porém, ressaltaram que ainda é necessário a elaboração de ações que favoreça estas questões para os seus assistidos com deficiência intelectual.

A [nome da instituição] sempre lutou incansavelmente para que esse direito ao deficiente intelectual fosse exercido na sua prática, procurando capacitá-los profissionalmente e prepará-los para serem cidadãos críticos e pensantes, capaz de reivindicar seus direitos, conscientes de que não podemos lutar por direitos se não cumprirmos nossos deveres. (Relato cursista 2)

A [nome da instituição] vem promovendo cada vez mais atividades para a inserção dos assistidos, mas seria interessante se tivéssemos um profissional apto da área para estar trabalhando junto com os professores nas oficinas e que os mesmos levassem os assistidos para vivências nas áreas caso haja interesse. (Relato cursista 3).

Pinheiro (2020) aponta a necessidade de ter um profissional responsável pelo processo de transição, como acontece nos EUA, porém pensando na realidade brasileira o docente do atendimento educacional especializado poderá exercer essa função, desenvolvendo atividades voltadas para esse objetivo. Em uma instituição especializada, seria interessante que as oficinas oferecidas se dialogassem e contribuíssem para a transição educacional para a vida adulta e inserção no mercado de trabalho juntamente com o estabelecimento de parcerias com outras organizações.

Ao analisarmos as opiniões descritas nos fóruns acerca dos dispositivos legais brasileiros, é notório o reconhecimento dos avanços legislativos nos quais asseguram a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Porém, para os cursistas tais progressos não são de conhecimento de toda sociedade, principalmente pelas empresas:

Acredito que uma das maiores dificuldades é a falta de conhecimento dessa legislação, pelas empresas. O que mais a aflige é a lei que obriga a ter deficientes em seus quadros, e geralmente a procura maior é por deficientes físicos. Os deficientes intelectuais ainda são muito excluídos e percebo ainda uma exclusão entre as deficiências [...]. (Relato do cursista 4).

Castro e Dutra (2017) corroboram com tais ideias, pois para eles mesmo com a existência de políticas públicas e ações afirmativas que asseguram o direito a inserção laboral de pessoas com deficiência, estas ainda não são eficientes para contemplar a demanda. Além disto, para os autores, um dos obstáculos para a empregabilidade deste público, é o desconhecimento por parte das empresas, e até mesmo, pelos sujeitos com deficiência ao que diz respeito as legislações vigentes.

Os participantes informaram que a família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC)⁴ também podem se configurar como empecilhos para a inserção laboral dos sujeitos com deficiência intelectual.

Outro ponto, mais complicado é a suspensão do BPC ao terem a carteira de trabalho assinada. As famílias ficam bastante preocupadas com isso, pois acham que os filhos nunca poderão ter uma vida adulta plena [...]. (Relato do cursista 5)

O BPC, é um dos obstáculos polêmicos quando nos referirmos a inserção laboral de pessoas com deficiência. Inicialmente, o benefício de prestação continuada se aplicaria somente aqueles sem condições de trabalhar, caso esse sujeito arrumasse um emprego formal, o benefício seria cancelado. Entretanto, esta situação mudou no ano de 2011 com a Lei 12470/11 (BRASIL, 2011), no qual estabelece a suspensão temporária do benefício enquanto o trabalhador estiver com carteira assinada, podendo reativá-lo em situação de desemprego.

Todavia, muitas famílias não possuem o conhecimento de tais informações ou se sentem inseguras e com isso, ainda temem pela perda irreversível do BPC, já que muitas famílias dependem desse benefício. Desta forma, devido o receio do cancelamento do BPC, as famílias negam o direito de seus filhos trabalharem e conseqüentemente, interferem na participação deste público no setor laboral, bem como, na sua profissionalização (MASCARO, 2012; CARLOU, 2014; REDIG, 2014, 2016).

Os dois últimos fóruns (aula 9 e 10), foram destinados à elaboração e apresentação do PIT. Os docentes participantes do curso aqui retratado, preferiram a construção de um PIT único e multidisciplinar, de caráter hipotético, com foco no

⁴ Benefício de Prestação Continuada é um benefício da assistência social no Brasil, prestado pelo INSS e previsto na Lei Orgânica da Assistência Social – Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (BRASIL, 1993).

desenvolvimento de habilidades e experiências laborais. Eles selecionaram um adulto com deficiência intelectual, assistido na instituição, com 48 anos de idade, do sexo masculino, não alfabetizado. Este participa das oficinas promovidas na instituição e tem grande interesse na área da gastronomia. A sua mãe o incentiva a trabalhar nesta área, inclusive ele prepara alguns pratos no comércio da família. Seus conhecimentos gastronômicos, estão acima dos demais assistidos participantes da oficina de cozinha experimental.

Como forma de potencializar e estimular outros setores da função pretendida, os cursistas propuseram em seu PIT que este assistido ensinasse aos seus colegas suas receitas culinárias, na função de tutor, sob a supervisão da professora da oficina citada, possibilitando a experiência de ensinar aos seus colegas o preparo de algum prato e para isso é necessário planejamento prévio dos ingredientes, duração da aula, etc. Além disso, outros aspectos culinários e de inserção laboral seriam trabalhados nas demais oficinas, como: medida e proporção, valor monetário, habilidades sociais e comunicação, ética, criação de livros de receita, planejamento, entre outros. Ao final do ano este assistido recebeu um certificado emitido pela instituição especializada de tutor na área da gastronomia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório o empenho dos cursistas em relação ao curso mesmo com algumas adversidades ao longo do percurso, bem como, uma imensa vontade de aprender sobre a temática que ainda é pouco discutido no setor educacional. Frente a isto, podemos evidenciar a importância dos cursos de formação continuada para qualificação profissional e atualização docente acerca de práticas inclusivas. De acordo com Nascimento (2020, p. 100) “sabemos que uma formação continuada em serviço, não dá conta de suprir todas as dificuldades verificadas na escola contemporânea na perspectiva inclusiva, porém, ela é um caminho”.

A instituição se mostrou ciente sobre a pertinência do assunto abordado no curso, criando ações de caráter inclusivos, além de, propor o repensar de suas práticas e adicionar elementos no intuito de favorecer o desenvolvimento de habilidades em seus assistidos para uma vida adulta de qualidade e a profissionalização dos mesmos para o mundo do trabalho.

Através desta pesquisa, a instituição especializada participante se mostrou preocupada com papel que exerce no percurso formativo destes sujeitos, principalmente no que tange à transição de jovens e adultos com deficiência intelectual e a sua inserção laboral. Redig (2019), reitera que estas instituições possuem relevância ao retratarmos a escolarização de pessoas com deficiência, e por consequência, a transição para a vida adulta.

No decorrer deste artigo, é perceptível a necessidade do desenvolvimento de programas de transição para a vida adulta em instituições escolares, como descrito na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994). Este documento ressalta que deve ser elaborado um currículo para os alunos com deficiência, principalmente para os jovens e adultos, em que abrange programas de transição, oficinas laborais para o trabalho e treinamento vocacional. Desta forma, as instituições educacionais devem adquirir um papel fundamental para a efetivação da inclusão social, conforme afirma Maciel (2000). Desejamos que este curso possa inspirar e incentivar outras pesquisas no intuito da conscientização acerca da transição para a vida adulta de jovens e adultos com deficiência intelectual.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALLES, Elisiane Perufe; BOUERI, Iasmin Zanchi. Transição para a vida adulta e deficiência intelectual: uma revisão sistemática na literatura. **Congresso brasileiro de educação especial -CBEE**, v. 3, 2018.

AFONSO, Carlos. Inclusão e mercado de trabalho – papel da escola na transição para a vida adulta de alunos com NEE. **Saber (e) Educar**, p.53-66, 2005.

AMORIM, Marisa Fasura de. A importância do ensino à distância na educação profissional. **Revista aprendizagem em EAD**. v.1, n.1, 2012.

ANGONESE, Larissa Schikovskli; BOUERI, Iasmin Zanchi; SCHMIDT, Andreia. O Adulto com Deficiência Intelectual: Concepção de Deficiência e Trajetória de Carreira. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**. V. 216, n 1, p.23-24, 2015

ARTIGAS, Natália Aline Soares. Dificuldades apresentadas no ensino de educação à distância. **Xii Congresso Nacional de Educação -EDUCERE**. 2017

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil**, promulgada em 05/10/1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei de Cotas n. 8.213**, de 24 de julho de 1991. Brasília, 1991.

BRASIL. **Lei 8.742**, de 7 de dezembro de 1993. 1993.

BRASIL. **Lei 12470/11**, de 31 de agosto de 2011. 2011.

BRASIL. **Lei nº 13.146** de 06 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília. 2015.

BEZERRA, Sérgio Sampaio; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. Pessoa com deficiência intelectual: a nova “ralé” das organizações do trabalho. **RAE**, 52, 232-244, 2012.

CÂMARA, Rosana Hoffman. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas as organizações. **Revista Interinstitucional de Psicologia**, p.179-191, 2013.

CAMARGO, Eder Pires. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlases e desenlases. **Ciênc. educ. (Bauru)**, vol.23, n.1. Bauru Jan./Mar. 2017.

CANHA, Lucia Maria Neto. **Transição para a vida adulta no contexto da deficiência: estudo das variáveis pessoais e sociais associadas a um processo de sucesso e desenvolvimento de um modelo de intervenção inclusivo**. 266 f. (Tese de Doutorado em Ciências da Educação). Universidade de Lisboa, 2015.

CARLOU, *Amanda*. ***Inclusão na educação profissional: visão dos gestores do IFRJ***. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

CARLOU, Amanda; REDIG, Annie Gomes. Processo de Inclusão/Exclusão social de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: relação entre empregabilidade e formação profissional. **APAE CIÊNCIA**, Brasília -DF, v.1 n.1, p. 53-69, Ago/ Dez 2013.

CARVALHO, Ana Cristina de. **Plano individual de transição para a vida adulta para pessoas com deficiência intelectual**. 122 f. (Dissertação de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

CARVALHO, Ana Cristina de; FERNADES, Edicléa, Mascarenhas. Plano Individual de Transição para a Vida Adulta para Pessoas com Deficiência Intelectual. **V CEDUCE**, 2018.

CASTRO, Ana Cristina de; DUTRA, Flávia Barbosa da Silva. A inserção da Pessoa com deficiência no mercado de trabalho como um dos fatores de qualidade de vida. In: DUTRA, Flávia Barbosa da Silva; SANTOS, Celby Rodrigues V.; BLASI, Felipe Di (Orgs.). **Aspectos da deficiência: educação, esporte e qualidade de vida**. p. 99-116. Curitiba, 2017.

FALKEMBACH, Elza Maria F. Diário de campo: um instrumento de reflexão. **Contexto e educação**. Ijuí, RS Vol. 2, n. 7 (jul./set. 1987), p. 19-24.

FÂNZERES, Luís; CRUZ-SANTOS, Anabela; SANTOS, Sofia. Transição para a vida adulta dos alunos com NEE: Percursos formativos no sistema educativo português. **XV Congresso Internacional Gallego-Português de Psicopedagogia**. p. 3327-3337. Universidade da Coruña, Universidade do Minho, Portugal, 2019.

FREITAS, Maria do Carmo Duarte. Dificuldades e Limitações da Educação a distância no Brasil. **VII Seprosul. Semana de engenharia de produção sul-americana**. Salto/Uruguai, 2007.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. Portadores de Deficiência. **São Paulo em Perspectiva**, p.51-56, São Paulo, 2000.

MARQUES, Maria Oliveira Ladeira. **Transição para a vida adulta de alunos com necessidades educativas especiais – que percepções da escola?** (Dissertação mestrado em Ciências da Educação), Universidade Católica Portuguesa, 2013. 130 p.

MASCARO, Cristina Angélica Aquino de Carvalho. **Capacitação de pessoas com deficiência intelectual para o trabalho: estudo de caso de um curso de educação profissional.** (Dissertação mestrado em Educação), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012. 152p.

MIRANDA, Teresinha Guimarães. O plano nacional de qualificação do trabalhador: uma experiência com pessoas portadoras de deficiência. **23º reunião Anped**, 2000.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n37, p-7-32, 1999.

NASCIMENTO, Vanêssa Lima. **Formação docente: pensando o momento pós-escola de estudantes com deficiência intelectual da EJA.** (Dissertação mestrado em Educação), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020.

PACAGNELLA, Luiz Felipe; CARDOSO, Francisco Ferreira. **Capacitação profissional e ensino a distância.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) – Escola politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PINHEIRO, Vanessa Cabral da Silva. **Plano Individualizado de Transição: estratégia pedagógica para alunos com deficiência intelectual.** (Dissertação mestrado em Educação), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020.

REDIG, Annie Gomes. **Inclusão de jovens com deficiência intelectual em atividades laborais: customização o trabalho.** Tese (Doutorado em Educação), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

REDIG, Annie Gomes. **Inserção profissional de jovens e adultos com deficiência intelectual.** Curitiba: Editora Appris, 2016.

REDIG, Annie Gomes. Caminhos formativos no contexto inclusivo para estudantes com deficiência e outras condições atípicas. **REVISTA EDUCAÇÃO ESPECIAL**. V.32, p-1-19, 2019.

REDIG, Annie Gomes; MASCARO, Cristina, Angélica, Aquino de Carvalho.; DUTRA, Flávia, Barbosa da Silva. A formação continuada do professor para a inclusão e o Plano Educacional Individualizado: uma estratégia formativa? **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**. v.4, n.1, p.33-44, 2017.

REDIG, Annie Gomes; NASCIMENTO, Vanêssa Lima do; SILVA, Vanessa Cabral da; MASCARO, Cristina Angélica Aquino de Carvalho. Profissionalização de jovens e adultos com deficiência intelectual: uma análise das produções do VII CBEE. **VIII Congresso Brasileiro de Educação Especial**. São Carlos: 2018.

SILVA, Taíses Araújo da; OLIVEIRA, Frederico Antônio de; SANTOS, Celma Maria dos; FONSECA, Catarina Donda Gomes da; MAIA, Fabiano de Almeida; ALMEIDA, Fernando Ivo de. Uma Avaliação dos Desafios e Oportunidades da Educação à Distância. **Qualit@s – Revista eletrônica**. v. 3, n° 2. 2004.

SORIANO, Victoria. Planos individuais de transição. Apoiar a transição da escola para o emprego. **European Agency for Development in Special Needs Education**, 2006.

THIOLLENT, Michael. **Metodologia da pesquisa-ação**. 8. ed. Cortez, 1998.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

